

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ARTHUR SILVÉRIO DOS SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO ENTRE 1950 E 1960
BREVE REFLEXÃO TEÓRICA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Humanas.
Orientador: Dr. João Assis Dulci

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Arthur Silvério dos Santos**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672141A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Reflexões sobre a Teoria do Subdesenvolvimento entre 1950 e 1960 - Breve Reflexão Teórica**, desenvolvido durante o período de 05 de Agosto de 2019 a 18 de Novembro de 2019 sob a orientação de Dr. João Assis Dulci, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Arthur Silvério dos Santos

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO ENTRE 1950 E 1960

BREVE REFLEXÃO TEÓRICA

Arthur Silvério dos Santos¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é a análise e a interpretação teórica sobre as origens da Teoria do Subdesenvolvimento e como ela foi tratada na década de 50 e 60, procurando assim responder suas causas e efeitos na atualidade do Brasil e trazer a tona a discussão. Para a concepção deste artigo, foram realizadas pesquisas através de textos e livros de diversos autores, com a finalidade de compreender e desenvolver a investigação proposta. Sendo assim, partimos para uma investigação dos assuntos relacionados à Teoria da Dependência e os problemas do Subdesenvolvimento, que tangem o Brasil, suas origens clássicas, e de como o país tornou-se desenvolvido, e se existe algum panorama em que poderíamos alcançar o status de país desenvolvido, trazendo consigo a ideia da Teoria da Dependência e a maneira como nos posicionamos referente ao quadro político-econômico internacional, quando nos equiparamos aos países centrais ou desenvolvidos, e partindo dessa teoria, investigar a veracidade de tais teorias na contemporaneidade vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Subdesenvolvimento. Desenvolvimento. Teoria da Dependência.

ABSTRACT

The purpose of this article is the analysis and theoretical interpretation of the origins of Theory of Underdevelopment and how it was treated in the 50's and 60's, thus seeking to answer its causes and effects in Brazil today and bring up the discussion. For the conception of this article, researches were carried through texts and books of several authors, in order to understand and develop the proposed research. Thus, we set out to investigate the issues related to Dependency Theory and the problems of Underdevelopment, which concern Brazil, its classical origins, and how the country became underdeveloped, and whether there is any panorama in which we could achieve status. from a developed country, bringing with it the idea of the Theory of Dependence and the way we position ourselves regarding the international political-economic framework, when we equate with the central or developed countries, and starting from this theory, to investigate the veracity of such theories in contemporary times.

KEYWORDS: Underdevelopment. Development. Theory of Dependence.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho elegemos trabalhar com a Teoria do Subdesenvolvimento como nosso objeto de estudo, e a forma como este tema é discorrido entre as décadas de 1950 e 1960. Nossa análise será feita através de revisões bibliográficas e aparatos teóricos. Nosso objetivo é trazer uma breve revisão histórica sobre o subdesenvolvimento nos países subdesenvolvidos e consequentemente o Brasil, com o propósito de entender o subdesenvolvimento em seu caráter histórico e como os autores buscam superar essa condição (FURTADO, (1981 [1961]), CARDOSO e FALLETO (1975), MARINI (1977), BOUZAN (1962)). Apresentando uma breve revisão histórica de como as colonizações influenciaram no subdesenvolvimento dos países latino-americanos, compreendendo assim as três fases da acumulação de capital e o desenvolvimento do sistema capitalista (FRANK, 1966 [1980]), tratando as relações econômicas entre metrópole e colônia. Em seguida, trataremos como a América Latina comportou-se no período pós-guerra e a criação da CEPAL e os seus efeitos para a formação do pensamento acerca do desenvolvimento e as origens do subdesenvolvimento na América Latina. Em seguida será tratado a Teoria do Subdesenvolvimento e algumas de suas problemáticas, e abriremos espaço para discorrer sobre a Teoria da Dependência e como ela aborda o subdesenvolvimento. Por fim, esclarecer como determinados autores abordam a superação do subdesenvolvimento, suas convergências e divergências e a maneira como o Estado deve intervir para a necessidade de tal superação. (FURTADO (1998), CARDOSO e FALLETO (1975), , BOUZAN (1962) SAMPAIO (1999)).

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: arthursilverds@yahoo.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Doutor João Assis Dulci

De acordo com o previsto, iniciamos este artigo destacando a complexidade em abordar sobre como deveríamos estar alcançando um patamar de desenvolvimento no Brasil e até mesmo uma considerável autonomia econômica. Sendo estes assuntos amplamente debatidos no Brasil vigente, devido a discussões sobre produção industrial e da infraestrutura; e até mesmo que se formule uma visão sociopolítica desenvolvimentista, quando nós nos deparamos com uma nação que sofre com os efeitos do próprio subdesenvolvimento, sem ao menos entender como as circunstâncias sociais e político-econômicas conduziram-na para seu atual estágio de subdesenvolvimento.

Na década de 1960, o economista e sociólogo alemão, André Gunder Frank² (1966) relatou ser comum que os estudos teóricos sobre desenvolvimento fossem concentrados em países capitalistas avançados da Europa e América do Norte, conferindo assim pouca atenção à experiência histórica dos países colonizados e subdesenvolvidos; desse modo, a falta de estudos sobre países subdesenvolvidos poderia levar a conclusões incompletas, produzindo análises que não pudessem compreender e que não tratassem com demasiada clareza a estrutura do desenvolvimento do sistema capitalista em sua plenitude. Os países que são hoje chamados centrais, ou desenvolvidos jamais foram subdesenvolvidos, segundo André Gunder Frank, sendo assim poderíamos assim, finalizar o suposto “mito” de que o desenvolvimento econômico é produzido através de uma sucessão de estágios do sistema capitalista, e que tais países periféricos, ou melhor, subdesenvolvidos ainda encontram-se em um estágio anterior de países desenvolvidos e que após passarem por tais estágios de avanços industriais e econômicos, alcançariam assim o pleno desenvolvimento. Sobre isso, o autor acrescenta em seu artigo chamado “*O Desenvolvimento do Desenvolvido*”:

“E mais: maioria dos estudos sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento não tem em conta as relações econômicas e de outros tipos entre as metrópoles e suas colônias econômicas no decorrer da história da expansão e do desenvolvimento mundial do sistema mercantilista e capitalista.” (FRANK, Andre Gunder, 1966, p.1).

Logo, nota-se ser de suma importância o exercício de compreensão do sistema capitalista. Partindo desses pressupostos iremos traçar um caminho para a explicação do subdesenvolvimento através da análise das relações dependentes de produção e troca no interior do processo mundial de acumulação de capital.

Em seu livro “*Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*”, André Gunder Frank sistematiza as principais etapas de acumulação de capital e de desenvolvimento do sistema capitalista em três períodos, sendo estes: o mercantilista (1500 - 1770), o capitalista industrial (1770-1870) e o imperialista (1870-1930); onde em cada um destes processos de acumulação de capital, são estabelecidos por meio de relações de “troca” entre a metrópole, ou país central, e a suas respectivas colônias, que podemos chamar de países periféricos.

Previamente, podemos afirmar historicamente que tal relação trazia benefício em maior parte para a metrópole, devido a seu domínio sobre as terras recém-colonizadas, conseqüentemente a exploração de determinados recursos naturais das colônias. Segundo Waldman, o “desenvolvimento e subdesenvolvimento constituem demarcações socioeconômicas que no tocante à cartografia geoeconômica do continente americano, estão inseparavelmente conectadas às duas modalidades básicas de estruturação do antigo sistema colonial no continente americano: de um lado, as colônias de exploração, e de outro, as de povoamento” (WALDMAN, 2018, p.4). Entretanto, a América do Sul - conseqüentemente o Brasil - se enquadram como colônia de exploração. O fato é que compreendemos o sistema capitalista como um modo de produção de escala global, porém, nos permitiremos em limitarmos em explicar seus processos na América Latina, e conseqüentemente no Brasil.

Nossa análise dos três estágios da acumulação mundial de capital e do desenvolvimento de subdesenvolvimento, [...] e [relacionado também à] América Latina procurou contribuir para o esclarecimento das relações entre o processos histórico mundial de

² André Gunder Frank (1929 - 2007) foi economista e sociólogo alemão, conhecido como um dos principais expoentes da Teoria Sistema-mundo, e também considerado o precursor acerca da Teoria da Dependência, sendo assim, o principal crítico do capitalismo dependente, escrevendo em sua carreira várias obras referentes ao assunto.

desenvolvimento capitalista desigual, as relações e mecanismos de troca que drenam capital dos países colonizados para a metrópole e as transformações nos modos de produção da última que permitem esta drenagem mas, ao mesmo tempo, desenvolvem o próprio desenvolvimento estrutural daqueles. (FRANK, André Gunder, 1980, p. 175)

Podemos compreender o período do **mercantilismo**, ou também chamado de capitalismo comercial entre os séculos XV e XVIII, entre os quais estavam se formando os Estados Nacionais, o mesmo período em que se iniciaram as Grandes Navegações e em que se estreitava a colonização na América. O sistema mercantilista compreendia a política e a prática econômica do Estados absolutistas, onde as colônias eram vistas como meras extensões de suas respectivas metrópoles, e as relações econômicas baseiam-se pelas trocas comerciais, onde a colonização e a exploração montaram uma estrutura que garantia riquezas e lucros para as metrópoles europeias.

A metrópole detinha domínio absoluto sobre suas respectivas colônias. As trocas comerciais davam-se da seguinte forma: a metrópole comprava matéria-prima da colônia por preços baixíssimos, e por outro lado, fornecia-lhes produtos por um preço bastante elevado. Sendo assim, o sucesso metropolitano dependia da intensa mercantilização e de suas atividades, que incluíam o acúmulo de riquezas e metais preciosos adquiridos através da exploração, conseqüentemente a centralização e o controle sobre toda a produção econômica estava nas mãos do governo metropolitano sobre as colônias. O exemplo que nos interessa no momento é o Pacto Colonial, entre Portugal e sua colônia na América - o Brasil. O Pacto Colonial servia como uma imposição das novas potências marítimas à forma como estruturalmente os territórios que haviam sido colonizados deveriam exercer relação com os centros de poder localizados na Europa, em nosso caso para regular a dominação portuguesa sobre as terras e às riquezas de sua respectiva colônia. Segundo Waldman, o colonialismo mercantilista pode ser visto como um leque complexo de produto de interferências econômicas, sociais e políticas e denotando a relação colônia e metrópole da seguinte maneira:

Enquadrando-as a um sistema de exclusivamente comercial, legitimado por uma série de leis, normas e obrigações pelas quais as metrópoles impunham às regiões coloniais um papel subordinado, cabendo-lhes fornecer produtos cuja circulação e destinação estavam por definição, controladas por uma distante e alta "nação mãe", fundamento de sua grandeza, prestígio e poder (WALDMAN, 2018, p. 7)

No século XVII, a Inglaterra a havia sido pioneira, do período compreendido como **capitalismo industrial**; marcado pela Revolução Industrial e o enorme avanço econômico. O Brasil encontrava-se ainda sobre os efeitos e domínios do colonialismo português. Houve uma alteração na dinâmica de produção, devido à substituição de trabalhos manufaturados por máquinas a vapor, alterando além de produções de trabalho, as relações entre os trabalhadores.

Devido ao Pacto Colonial e a exploração da metrópole portuguesa. Na segunda metade do século XVIII, em 1785, Portugal proibiu fábricas na colônia, o motivo foi que os portugueses não pretendiam criar concorrência com os produtos vendidos no Brasil para Inglaterra, para que dessa maneira, coubesse aos colonos a comercialização de produtos manufaturados de Portugal.

O **Período Imperialista** pode ser compreendido como a etapa última do capitalismo, onde as nações centrais dividiram o mundo, e interferiram em seu desenvolvimento, sendo que foram esses os fatores da garantiram seus respectivos atrasos. É importante ressaltar que no período em que destacamos como Período Imperialista, o Brasil e os países da América Latina já eram soberanos em seu próprio território, logo, independentes. Entretanto, sofriam as conseqüências dos processos anteriores. Mesmo após os processos de independência das antigas colônias e a formação das nações autônomas, as soberanias nacionais nunca deixaram de sofrer toda sorte de assédios e interferências das potências europeias. Os problemas enfrentados no Brasil durante o Imperialismo foram: A falta de Industrialização e problemas ecológicos. O Brasil encontrava-se dominado pelos E.U.A, Inglaterra, e foi o exportador de café e principalmente o minério de ferro, enfrentou muitos problemas na época do imperialismo a Inglaterra não deixava haver indústrias no Brasil impedindo o país de crescer.

O Imperialismo praticado pelas potências ocidentais desde o século XIX, teve o seu momento auge durante a Partilha Imperial Europeia de 1870 e na partilha da África na Conferência de Berlim (15 de nov. de 1884 – 26 de fev. de 1885), que por sua vez em seu auge acirrou a disputa entre os países mais ricos (Inglaterra, França e Alemanha) por terras e para exploração de suas riquezas acirrou a rivalidade entre as potências e culminou na Primeira Guerra Mundial e conseqüentemente na Segunda Guerra Mundial. Desmembrando-se em diferentes fases ao longo de seu processo histórico, o imperialismo foi um elemento importante para condicionar o desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe.

Em sua obra *“A Acumulação do Capital”*, a autora Rosa Luxemburgo³ (LUXEMBURGO, 1970, apud FRANK, 1980) esclarece que as fases de livre comércio e do imperialismo no desenvolvimento capitalista mundial transformaram a política de subdesenvolvimento nos interesses pessoais do desenvolvimento especificamente das metrópoles. Em sua análise, o imperialismo advém das dificuldades da realização da reprodução ampliada⁴ - forma típica do modo de produção capitalista - do capital, obrigando os capitalistas a se associarem ao seu Estado para, mediante essa aliança, se defenderem economicamente e politicamente de seus rivais e poderem disputar militarmente o controle sobre as zonas onde ainda não dominam as relações especificamente capitalistas de produção, logo, países subdesenvolvidos e suas respectivas colônias.

Sendo assim, segundo Rosa uma nação capitalista desenvolvida apenas entraria em conflito com outras nações capitalistas desenvolvidas com o intuito de impor ainda mais o controle sobre nações subdesenvolvidas — e que, para uma economia capitalista desenvolvida se sustentar a militarização estaria enraizada no capitalismo pois, este teria apenas o intuito de exploração quem não tem nenhum poder, ou seja, países menos desenvolvidos. Tais pensamentos sustentavam a práxis antimilitaristas da autora - Destaco seu posicionamento com a finalidade de estabelecer uma relação direta entre o imperialismo e como havia sido fomentado as guerras através do mesmo. Rosa Luxemburgo acreditava que um dos pilares que sustentavam o capitalismo era o militarismo - que por sua vez não traria benefício algum para a sociedade vigente, segundo Rosa - contribui para um nacionalismo, desta forma fez crescer a industrialização de países desenvolvidos, gerando capital e mais-valia. André Gunder Frank transcreve em sua obra o pensamento de Rosa Luxemburgo da seguinte maneira:

Qualquer esperança de limitar a acumulação de capital exclusivamente a uma concorrência pacífica, tal como a que ocorre entre os países produtores capitalistas, assenta-se na crença de que o capital se acumula sem a mediação das forças produtivas e sem a demanda das organizações mais produtivas, e de que ele pode depender do lento processo interno de uma economia em desintegração (...) A força é a única saída disponível ao capital; a acumulação como um processo histórico, emprega a força como uma arma permanente, não apenas em sua origem mas desde então até o presente. (FRANK, André Gunder, 1980, p. 176)

Traçar uma breve compreensão dos estágios do capitalismo e a sua relação com desenvolvimento do subdesenvolvimento na América Latina - principalmente no Brasil - nos favorecem a compreensão histórica das relações entre metrópole e colônia e o processo mundial do desenvolvimento capitalista, e como estabeleceu-se um capitalismo desigual, e os países desenvolvidos através de mecanismos de troca impõem-se sobre o capital de países colonizados. Segundo André Gunder Frank (1980, p. 174), os modos de produção de países centrais permitem a capital drenagem de países colonizados e desenvolvem o próprio subdesenvolvimento estrutural de tais países.

2. CRIAÇÃO DA CEPAL E O SUBDESENVOLVIMENTO EM CELSO FURTADO

³ Rosa Luxemburgo (1871 -1919) foi uma filósofa e economista marxista polaco-alemã. Mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia. Apresentava uma visão menos Euro-centrista, chamando a atenção de socialistas Latino-Americanos. Em sua obra *“A Acumulação do Capital”* explica o funcionamento da lógica de acumulação primitiva e capitalista, discorrendo como o capitalismo cresce através do imperialismo — extraindo e colonizando sociedades não-capitalistas e por sua vez menos desenvolvidas.

⁴ Termo apresentado na 3ª seção do Volume II de *O Capital* escrito por Karl Marx. Teoricamente, parte da mais-valia é utilizada para adquirir novas máquinas, instrumentos e força de trabalho. Ou seja, retroalimentação do sistema.

Na década de 50, os países da Europa reerguiam-se dos danos causados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e alguns países latino-americanos (Ex.: Argentina, México, Chile, Colômbia e principalmente o Brasil) pareciam configurar capacidade e condições de completar o processo de formação de seu setor industrial, e o Governo brasileiro nutria grandes expectativas quanto ao desenvolvimento econômico do país e iniciar as próximas transformações econômicas. As condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença comum entre economistas de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país de tomar decisões políticas e econômicas que a situações requeressem, sendo assim, traria autonomia. Entretanto após a Crise de 1929, na América Latina, alguns países começaram a fortalecer os instrumentos de ação do poder público como meio de defender a economia exportadora. Diversos países da América Latina articularam-se para pensar os problemas do continente, e assim criaram a **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe** (Cepal), em fevereiro de 1948. A Cepal estabeleceu como proposta apresentar-se como uma escola de pensamento contrária às ideias econômicas tradicionais europeias, comprometendo-se com a concepção de estratégias de desenvolvimento para os países latino-americanos e estudar as origens do subdesenvolvimento latino-americano, procurando explicar suas causas e procurar maneiras de superação, ou seja, de desenvolvimento. Montando assim suas próprias concepções e estudos, ao contrário do economista estadunidense Rostow em sua obra “Estágios do Crescimento Econômico”⁵ (ROSTOW, 1959), que acreditava que o subdesenvolvimento em países periféricos apenas poderia ser superado se acompanhassem trajetórias semelhantes dos países centrais. Para os economistas cepalinos, a industrialização como núcleo de uma política de desenvolvimento permitiria às economias latino-americanas enfrentar as desigualdades sociais e superar a dependência externa - tal dependência irá reverberar na Teoria da Dependência, que trataremos posteriormente. Com a Cepal, nasce um pensamento desenvolvimentista latino-americano com ênfase no papel do Estado para a manutenção e apoio desta economia, contrariando o pensamento liberal hegemônico em países europeus.

A capacidade de alcançar o desenvolvimento autossustentado e independente na América Latina trouxe consigo a ideia de remodelar o mercado pós-guerra e trazer caminhos para a produção, fruto da crise de 1929, que havia resultado para determinados países o acúmulo de divisas⁶, devido a defesa automática do mercado interno causado pela guerra. Logo, pareciam apresentar a possibilidade de completar o ciclo denominado de “substituição de importação”; conceito que em economia, pode ser resumido em um processo que leva ao aumento da produção interna de um país e a diminuição das suas importações; e iniciar a etapa de bem de capital destinada a produzir a diferenciação dos sistemas produtivos. E também a transferência da mão-de-obra de setores de baixa renda produtiva - principalmente do campo - para os setores de alta produtividade seria em fator de ampliação do mercado, logo, o desenvolvimento. Em 1955 a distribuição de renda foi considerada essencial como elemento para garantia do desenvolvimento. (CARDOSO e FALLETO, 1975, p. 142)

O economista Celso Furtado⁷, o principal expoente das teorias cepalinas englobou os elementos: estrutural, dualista e histórico; a fim de compreender o subdesenvolvimento. Por ser uma estrutura centro-periferia - estrutura vista em Raúl Prebisch (1949) onde o sistema tinha uma lógica interna que favorecia o centro, que se organizava de maneira a atender a seus próprios interesses, fazendo com que a inserção da periferia tivesse um caráter passivo. Tal estrutura centro-periferia para Celso Furtado se auto-reproduz, em ritmos diferentes, a economia mundial pode ser compreendida como estrutural e dualista; e pode ser entendido como histórico, pois as justificações do subdesenvolvimento devem ser investigadas de acordo com as construções históricas - assim como tratamos na introdução deste presente trabalho sobre o encadeamento histórico do capitalismo, a fim de justificar a sua contribuição para o subdesenvolvimento.

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), Celso Furtado desenvolve um de seus principais conceitos sobre o subdesenvolvimento, conceitua-o como subproduto do desenvolvimento. Para o autor, o subdesenvolvimento é algo peculiar do processo de formação de algumas nações, e não uma etapa

⁵ Tradução livre da Obra *The Stages of Economic Growth*, 1959, Econ History Review

⁶ Divisas são as disponibilidades que um país possuem de moedas estrangeiras pelas importações e empréstimos de capitais.

⁷ Celso Furtado foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Suas ideias sobre o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento enfatizavam o papel do Estado na economia, com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico de corte pré-keynesiano.

do desenvolvimento, como era na visão de Rostow (ROSTOW, 1959). “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1961. p.180).

3. ABORDAGEM DO SUBDESENVOLVIMENTO

O economista Osvaldo Sunkel (1974), desenvolveu sua hipótese sobre o problema do subdesenvolvimento e posteriormente a dependência. Em seu argumento principal defendia que havia no mundo uma única capitalista. Tanto no que se refere a padrões tecnológicos como a padrões de consumo ela era total e crescentemente integrada, especialmente através da expansão mundial das corporações transnacionais. O problema do subdesenvolvimento residia no fato de que, enquanto no “centro” a maior parte dos trabalhadores encontrava-se integrada ao mundo moderno, na “periferia” isso ocorria somente com uma pequena fração da população. Pior ainda, o avanço desse modelo mundial de acumulação tinha efeitos sociais desagregadores, porque tendia a marginalizar mesmo os agentes econômicos com maiores potencialidades produtivas. Os países latino-americanos são grandes exportadores de produtos primários. Além disso, tiveram uma industrialização tardia em relação às nações desenvolvidas, motivo que fez com que a América Latina se tornasse dependente. América Latina é marcada pelo subdesenvolvimento, pela industrialização tardia e dependente de capital externo, pelos problemas sociais e políticos e, em certa medida, pela instabilidade política.

Celso Furtado aproxima-se do economista argentino Raúl Prebisch⁸, sendo assim, lido da seguinte maneira (apud LEÃO; OGAMA; BILIBKI, 2017). Trazendo o questionamento de qual maneira enfrentar o subdesenvolvimento no nível político dos países periféricos? Encontrando sua resposta pela reforma nos planos político e social, pois o subdesenvolvimento supõe-se o controle da apropriação e uso do excedente por elites que imitam padrões de consumo sofisticados do centro - países desenvolvidos, sem que haja um correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos na periferia.

No início dos anos cinquenta Furtado explica a criação no centro, nos primórdios de sua industrialização, de uma tecnologia baseada nas suas dotações de fatores produtivos que terminam por gerar ou por ser compatíveis com uma homogeneidade social acentuada. Como na periferia a adoção dessas tecnologias se baseia em uma dotação diversa de recursos, no qual o trabalho é recurso abundante em relação ao capital, a acumulação baseada na modernização dos padrões de consumo se traduz numa engrenagem de concentração de renda. Há, portanto, uma relação entre incorporação de progresso técnico gerado externamente, modernização seletiva de padrões de consumo, dependência técnica e política, heterogeneidade e marginalidade social. Esse processo é irracional do ponto de vista do desenvolvimento da nação, que passa a se caracterizar por uma incapacidade crônica de consumo das camadas mais pobres. Isto, por sua vez, tende a minar o impulso ao investimento e a aceleração do crescimento. “O subdesenvolvimento se torna não uma etapa superável, mas um estado ligado à estrutura econômica e política da nação periférica. Não há um encadeamento entre variáveis técnicas e econômicas que induzam ao progresso técnico, ao desenvolvimento das forças produtivas e à capacidade de consumo do conjunto da população”. (LEÃO; OGAMA; BILIBKI, 2017. p. 542).

Podendo-se afirmar que, para Furtado (apud LEÃO; OGAMA; BILIBKI, 2017. p.543), o desenvolvimento é gerado por um aumento do investimento incorporando progresso tecnológico como forma de aumentar a participação no excedente frente ao fator trabalho. Entretanto, a expansão resultante da renda e a relativa escassez deste último cria possibilidade de reorganização das relações de apropriação, favorecendo os salários e difundindo um padrão de consumo mais homogêneo por toda a sociedade. Nas sociedades periféricas, entretanto, o desenvolvimento se baseia na modernização seletiva de padrões de consumo que comanda a introdução de progresso técnico incapaz de propiciar essa homogeneidade social e técnica dado o excedente de trabalho. Furtado resume magistralmente este ponto na seguinte passagem:

⁸ Raúl Prebisch economista argentino. Foi o mais destacado intelectual da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento econômico. Suas teorias sobre a substituição de importações, o sistema centro-periferia e a criação de um mercado comum latino-americano, possuíam um grande sentido de influenciar a realidade.

Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do progresso tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial. Contudo, convém assinalar que o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim o deslocamento da curva da demanda (Furtado, 1968, p. 23).

O trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto foi indicar um diálogo com economistas sobre a América Latina, e posteriormente sobre o Brasil, a fim de esclarecer alguns pontos que não haviam sido esclarecidos sobre países que ainda mantinham relações de dependência com países de pólos hegemônicos do sistema capitalista. Acreditando na passagem de uma situação de dependência para outra - por exemplo, a ruptura colonial e a constituição de uma nova dependência da Inglaterra - funda-se em um sistema de relações entre classes ou grupos já existentes na fase anterior, logo, o subdesenvolvimento passa por uma forma de dominação. Entretanto, não deixando de lado as questões históricas e de estrutura, que promoveram para cada um dos países, principalmente o Brasil, processos distintos. Para eles, a situação de subdesenvolvimento é produzida exatamente pela interligação entre sociedades de diferentes graus de desenvolvimento na estrutura global sendo necessária a compreensão de tais relações.

“É necessário estudar as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também com relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades 'periféricas' e 'centrais'” (CARDOSO; FALETO, 2004, p.37).

Desta forma a análise de Enzo Falleto e FHC (apud CARLEIAL, 2010) não podem abster-se das formas de atuação das forças sociais em jogo, presas ao passado e daquelas ansiosas pela mudança social. Nesse sentido, os fatores político-sociais internos podem vir a produzir políticas que tirem partido de oportunidades ou novas possibilidades de crescimento econômico. Neste caso, estabelecem-se disputas entre grupos internos, relutando em abrir mão do poder para "novos" grupos que crescem no momento vigente, como na passagem da condição de economia primário-exportadora para outra de base industrial, no Brasil muito interessante observar a indústria têxtil emergindo. Essa correlação de forças é atingida em decorrência do vigor das mudanças em curso e que são determinadas pelo padrão de relação nacional/internacional prevalecente até então. “Desse modo, a relação entre grupos internos e grupos externos rearticula-se antes e durante os processos de mudança. Logo, fica mais uma vez evidente a impossibilidade de análises meramente econômicas na busca da compreensão para situações de dependência. Assim, cada formato histórico de dependência produzirá um rearranjo entre as classes e dele dependerá a capacidade de expansão da economia dependente. Cada mudança econômica e social é, necessariamente, um processo político, cujo resultado dependerá das forças sociais em disputa.” (CARLEIAL, 2010, p. 138)

4. ABORDAGEM DO SUBDESENVOLVIMENTO EM RELAÇÃO A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Segundo Luiz Bresser-Pereira, a Teoria da Dependência pode ser dividida vista em duas vertentes. Sendo elas, chamadas de “Dependência Associada” e a segunda de Teoria da Dependência Marxista. O pesquisador Tádzio Coelho (2011) analisa da seguinte maneira:

A primeira “Dependência Associada” é a qual faz parte Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto tais ideias são esclarecidas em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (1969). Tal corrente teórica constata a inviabilidade do desenvolvimento no Brasil ser liderado por elites burguesas dependentes. Logo, compreendemos que os países dependentes devem se associar ao sistema dominante de forma que possam obter algumas benesses desta relação. Assim, a corrente da Dependência Associada compartilha da visão da corrente marxista da dependência de que a burguesia local está impossibilitada de realizar o desenvolvimento nacional, até porque uma das condições

para o desenvolvimento seria a criação de uma poupança interna, e a burguesia local está envolvida no consumo conspícuo, imitando o padrão de vida dos países centrais. Essa interpretação da dependência se localiza em um contexto histórico onde a industrialização latino-americana dos anos 50s e 60s obtiveram fortes investimentos estrangeiros, o que por si mostrava, dentro da visão da dependência associada, às possibilidades de desenvolvimento trazidas por esta relação. (COELHO, 2011.p.4)

De acordo com sociólogo Tádzio Coelho, a segunda interpretação relacionada à dependência, é a chamada de Teoria da Dependência Marxista, onde pode ser chamada de Teoria da Superexploração do Trabalho. Vale ressaltar que ambas as teorias apresentadas foram influenciadas pelo método marxista, assim, não sendo este um elemento de diferenciação, mesmo a segunda carregando o nome “Marxista”. Nesta segunda interpretação alega-se que a superexploração do trabalho, as elites dos países subdesenvolvidos não realizam uma exploração do trabalho, mas uma superexploração do trabalho, visto que dividem os lucros com as classes estrangeiras. O local de consumo está predominantemente localizado nos países centrais, possibilitando uma superexploração do trabalhador, já que não será ele o sujeito do consumo.

Sendo assim, a ideia da Teoria da Dependência está fortemente ligada a esses nexos referentes à subordinação econômica e política, articulados ao espaço interno de dominação social. Os exemplos de dependência política tornam-se bem claros quando compreendemos a dependência colonial e as relações entre colônia e metrópole e como elas refletiram ao longo dos anos. É um conceito político e revela a preocupação furtadiana com a visão clássica dos processos históricos, incluindo os econômicos. Ele refere-se a como, em cada momento histórico, se dá o processo de geração, apropriação e distribuição do excedente social. Mais que isto, refere-se a um crescimento industrial comandado por uma demanda final imitativa e seus impasses técnicos e sociais, e a um desenvolvimento comandado por indução externa. Surge daí problemas como a necessidade de um esforço de capitalização para o investimento superior à realidade da nação dependente, escalas inadequadas de produção, marginalização social derivada da inadequação tecnológica e a impossibilidade de endogeneizar o crescimento.

Celso Furtado vê o avanço da internacionalização financeira e tecnológica debilitou os sistemas econômicos nacionais e os países periféricos apresentam uma maior heterogeneidade cultural e econômica ao mesmo tempo em que se fragiliza a atividade do Estado, grandemente endividado nos circuitos externos e da dívida interna. (LEAO; OGAMA; BILIBKI, 2017. p. 545). Formando o que o autor trata como nova dependência, entre tensões inter-regionais, aguçadas rivalidades entre empresas e formação de grande contingente de miseráveis, fechando as portas para um projeto nacional de desenvolvimento. Por outro lado, os valores culturais do centro são, mais do que nunca, difundidos, e as classes médias e altas dos países periféricos copiam padrões de consumo e comportamento vindos do centro. Haveria aí a necessidade de uma crítica radical à doutrina monetarista que impacta a luta ideológica nesses países, mas o que se vê é uma nova ortodoxia que tira à ideia de desenvolvimento seu conteúdo político e valorativo. (Furtado, 1997). Sendo assim, para ocorrer desenvolvimento seria necessário superar o subdesenvolvimento, este proveniente do grau de dependência. Seu objetivo era implementar o desenvolvimento por meio da industrialização. Dessa forma, para superar a dependência centro-periferia, deveria ocorrer a intervenção do estado. Celso Furtado apresenta dessa forma o subdesenvolvimento como algo peculiar do processo de formação de algumas nações, não deveria ser considerado como uma etapa, anterior do desenvolvimento. Desenvolvimento é um processo histórico autônomo. (FURTADO, 1997 e LEAO; OGAMA; BILIBKI, 2017)

Celso Furtado apud Rosele Marques enfatiza que o fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição e pressão externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível. (VIEIRA, 2012)

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa de exploração (Furtado, 1974. p.94)

Na obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1975), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, destacaram-se em refutar a compreensão da dependência predominantemente a partir de variáveis externas. Para os autores, embora as relações de dependência tivessem explicações exteriores à nação, seriam as relações internas entre as classes que dariam conteúdo e forma própria às relações de dependência. Cardoso e Faletto também não tomam a América Latina como um todo único, defendendo a análise concreta de cada caso e a possibilidade do desenvolvimento industrial em alguns países, apesar ou graças à manutenção de laços da dependência externa, concluindo a análise de forma relativamente otimista. Defende, assim, um novo caráter da dependência, que não mais teria caráter de superexploração imperialista, mas se revelaria numa conciliação de interesses internos e externos. O capital do Estado, capital nacional e capital internacional e, assim, criar-se-iam melhores condições para o investimento estrangeiro, de maneira que se tornaria possível acumular capital suficiente para impulsionar o desenvolvimento econômico. (CARDOSO e FALLETO, 1975).

“Portanto, a superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas condições econômicas” (CARDOSO e FALLETO, 1975, p. 142)

Na visão de Cardoso e Falleto apud Rosele Marques, a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Na determinação dessa condição deveria haver, além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a contraditória estrutura social interna – composta, por classes dominantes e dominadas. (VIEIRA, 2012. p.12)

Precisamente o conceito dependência, que mais adiante será examinado pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito “causal-significante” – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado- e não como conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externamente, anterior, que posteriormente produziria “consequências internas” (CARDOSO e FALLETO, 1975, p.23)

Logo, os autores destacam que o estabelecimento de conexões entre o sistema econômico e a organização político-social das sociedades desenvolvidas, tanto em termos internos como em relação aos países desenvolvidos, é tão importante para a interpretação global do desenvolvimento, e conseqüentemente, para o estabelecimento dos determinantes da dependência na periferia. Isso porque, na conformação da economia internacional, ao se vincular a um mesmo mercado economias que apresentavam graus variados de diferenciação do sistema produtivo, criou-se uma estrutura de relações de dominação do centro em direção a periferia. (VIEIRA, 2012. p.12).

O cientista social Ruy Mauro Marini recorreu amplamente aos conceitos econômicos de Karl Marx e, em especial, à sua teoria do valor, que procurou utilizar sempre de forma teoricamente rigorosa, reforçando o conceito de superexploração do trabalho.

A dependência é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência ampliada. O mero fato de que algumas nações industriais produzam bens que as demais não produzem, permite que as primeiras elucidem a lei do valor, isso é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. A função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo mundial foi de fornecer bens pecuários

aos países industriais, e de contribuir para a formação de um mercado de matérias primas industriais (MARINI, 1977, p. 51).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concordar com a importância e veracidade de tratar sobre a Teoria da Dependência no contexto atual em que se encontra a nação. Envolvida por ideias desenvolvimentistas que culpam o Estado pelo falta de industrialização, porém, ignoram, ou até mesmo desconhecem os fatores econômicos externos que levaram a esses fins. Em que devido a fatores históricos, principalmente no Período do Mercantilismo e do Imperialismo na América Latina onde a relação entre metrópole e colônia era visto de maneira meramente exploratória, onde houve impedimento do desenvolvimento por parte de países centrais, que prejudicaram os países periféricos em desenvolver sua própria política econômica interna, consequentemente restando a soberania de países subdesenvolvidos em relação à política externa, traçando assim, um círculo vicioso em que países periféricos encontram-se presos.

Um dos principais questionamentos que abrangem este trabalho, é sobre a possibilidade de superar o subdesenvolvimento, e se os países periféricos/subdesenvolvidos estariam fadados à “eterna dependência”. Podemos encontrar em Celso Furtado expectativas positivas, pois o mesmo acredita que a dependência é passível de ser superado, pois o subdesenvolvimento possui uma formação histórica específica. Entretanto, para que haja superação, a mesma estaria diretamente dependente ao fortalecimento do mercado interno pela industrialização. Sendo assim, a industrialização é o principal meio de acesso de superação do subdesenvolvimento, sendo fomentado pelo mercado interno. Acreditando que Estado deveria promover as bases de crescimento econômico, bem-estar social, liberdade e integração nacional.

Essa visão global do capitalismo industrial levou-me à conclusão de que a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais, que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas. Daí que eu me haja empenhado, desde a época em que trabalhei na CEPAL, nos anos 50, em elaborar uma técnica de planejamento econômico que viabilizasse com mínimo custo social a superação do subdesenvolvimento (Furtado, 1998, p.62)

Logo, Celso Furtado considera que com a ausência do Estado, o mercado torna-se incapaz de promover mudanças estruturais fundamentais para o desenvolvimento. Pois considera o aparelho estatal como o único instrumento capaz de identificar as necessidades sociais, dessa forma o Estado seria eficiente para investimentos de setores estratégicos, quanto na alocação de recursos da economia da nação. Apesar de ser o principal expoente da corrente nacional-desenvolvimentista, alguns críticos marxistas enxergavam a análise furtadiana de superação do subdesenvolvimento e dependência latino-americana, como é o caso de Plínio Arruda Sampaio (1999), que segundo sua visão a crença furtadiana de que é possível encontrar soluções, para as problemáticas da dependência sem romper com o regime capitalista, torna a análise do subdesenvolvimento latino-americana bastante limitada.

Vale ressaltar que, em Celso Furtado o subdesenvolvimento é proveniente do grau de dependência, para superá-lo o autor recorrer à intervenção do Estatal, através de sua ação coordenadora. Porém, Cardoso, acreditava na possibilidade, de apesar da dependência, os países periféricos poderiam lograr algum desenvolvimento. Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, seria possível haver desenvolvimento com dependência. A inserção do Brasil no sistema capitalista internacional contribuiria para a ampliação do produto e modernização de seu parque produtivo. (CARDOSO e FALLETO, 1979 e VIEIRA 2012).

Em meados da década de 1960, o economista Ary Bouzan, contribuiu explicando que economias subdesenvolvidas de estrutura capitalista necessitam de força propulsora que incentivassem a aceleração a atividade econômica. Um país de economia subdesenvolvida como o Brasil apenas iria iniciar com o processo de crescimento econômico apostando em medidas que levassem ao aproveitamento efetivo de seus recursos, dispondo de elementos capazes de alimentar e acelerar o complexo de atividades que caracterizam a fase

inicial desse processo. Nos países de estrutura econômica capitalista desenvolvida, tais centros propulsores são representados pelo mercado internacional e pelo mercado interno. Por serem economias em que a empresa privada é o principal agente produtor, o mercado, seja o nativo ou o alienígena, tem nelas um papel fundamental. No Brasil, encontramos-nos na fase em que o incentivo maior para a produção nacional é constituído pelo mercado interno. Vendedores de produtos de limitada aceitação nos mercados exteriores não nos são dado esperar que nossa atividade econômica seja alimentada pelo mercado internacional, além do ponto permitido pela baixa elasticidade da procura de nossos produtos. Para que nossa atividade produtiva continue evoluindo, é necessária que haja' outra base, muito mais dinâmica, aquela que é fornecida pelo mercado interno, por estar identificado com o próprio sistema produtivo brasileiro. Assim, enquanto o mercado interno vai ganhando expressão percentual cada vez mais substancial na produção nacional, o mercado externo vai perdendo conteúdo, ainda que se amplie sua importância estratégica. (BOUZAN. p. 86. p. 73).

É nesse momento que o mercado interno passa a ter papel fundamental porque, ao contrário do que ocorre com o mercado exterior, a capacidade de compra nativa deriva, quase exclusivamente, da atividade econômica que se exerce no próprio país. Dessa forma, na medida em que a produção interna se vai ampliando, o mercado interno ganha maiores dimensões e, assim, constitui-se em bases mais atraente para que a atividade econômica continue a se exercer. (BOUZAN, p. 74)

Em ambos os autores analisados para a conclusão deste trabalho, recorrem ao fortalecimento do mercado interno com industrialização com o intuito de superar o subdesenvolvimento e conseqüentemente a dependência. Entendo que a Teoria da Dependência no Brasil e nos demais países latino-americanos, está fortemente relacionada como uma conseqüência da Teoria do Subdesenvolvimento, e com as análises propostas neste trabalho procuramos demonstrar as suas relações, desde os primórdios da colonização, metrópole e colônias que passaram posteriormente para assumir o grau entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que caracteriza um estado de diferenciação do sistema produtivo, e entre centro versus periferia, que destacava as funções que cabem a cada tipo de economia, surge uma nova ideia de oposição: entre países autônomos e dependentes. O desenvolvimento da CEPAL, onde autores latino-americanos procuraram compreender as origens da Teoria do Subdesenvolvimento, e como a Teoria da Dependência aborda tal temática e como enxergavam o seu desdobramento e a forma de superação, sendo elas tratadas na década de 1950 e 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FRANK, Andre Gunder. ***Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento***: Repensando a Teoria da Dependência. 1. ed. São Paulo: editora brasiliense, 1980.

_____. ***"The Development of Underdevelopment,"*** Monthly Review 18, 4 (September, 1966) 17-31.

WALDMAN, Maurício. ***Mercantilismo e Colonização: Colônias de Exploração e de Povoamento***. Série Educação Popular No 2. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018

ROSTOW, W. W. **THE STAGES OF ECONOMIC GROWTH**. Economic History Review, 1959, vol. 12, issue 1, 1-16

FURTADO, Celso. ***Um Projeto para o Brasil***, Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

_____. ***O Capitalismo Global***. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. ***O Brasil pós-"milagre"***. 5. ed. São Paulo: Paz Terra, 1981.

_____. ***O mito do desenvolvimento econômico***. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1974.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Ed. Fórum, 1974 (Caps. I, II, III; pp. 15-45).

LEAO, Igor Zanoni Constant Carneiro; OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira; BILICKI, Stéfanie. **Cepal, Furtado, Kowarick e o debate sobre o mercado de trabalho**. Econ. soc., Campinas, v. 26, n. 3, p. 539-559, Dec. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182017000300539&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 Nov. 2019.

DULCI, J. A. **Desenvolvimento regional e mercado de trabalho em perspectiva comparada: Vale do Paraíba Fluminense e Camaçari (BA)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 333. 2015

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 143 p. v. Único.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BOUZAN, A. **Mercado Interno e Desenvolvimento Econômico**. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 2, n. 5, set-dez, p.73-88, 1962.

COELHO, Tádzio Peters **Subdesenvolvimento e dependência: um debate entre o pensamento da Cepal dos anos 50s e a Teoria da Dependência**. *Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia*. [S.l.] [2011] Disponível em: <<http://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/604/517>> Acesso em: 15 de nov. de 2019

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. 8a edição (1a edição 1969), Cidade do México: Siglo XXI, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Teoria da Dependência” ou “Análises Concretas de Situações de Dependência?** Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1970. Disponível em: . Acesso em: 17 de nov. 2019.

Gomes, H. (2008). **AMÉRICA: DESENVOLVIMENTO OU EXPLORAÇÃO COLONIAL E NEOCOLONIAL** - DOI 10.5216/bgg.v14i1.4332. *Boletim Goiano De Geografia*,14(1), 23-38. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/bgg.v14i1.4332>> Acesso em 21 de Ago. 2019

RIBEIRO, C. P. **DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO SEGUNDO CELSO FURTADO: INFLUÊNCIA NO DEBATE SOBRE A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. p. 133. 2010.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. *Revista Brasileira de Economia*, n.3, p.47-109. 1949.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 254 p. Cap.5: **Progresso Técnico e desenvolvimento em Celso Furtado**, p.169-200

PEREIRA, Luiz. **Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento**. Livraria Pioneira Editora. São Paulo. 1970; **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**. Editora Zahar. . Rio de Janeiro, 1969; **Trabalho e Desenvolvimento**. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1965

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1968/2003) **Desenvolvimento e Crise no Brasil**, 5ª.edição, São Paulo: Editora 34.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009) **Globalização e Competição**, Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.

VIEIRA, Rosele Marques. **DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NA VISÃO DE CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**. *Revista História*

Econômica & História de Empresas. Rio Grande do Sul. 2012. Disponível em <<http://www.abphe.org.br/arquivos/rosele-marques-vieira.pdf>> Acesso em 23 nov. 2019.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**, 3v. Conteúdo: v1: Contos da vida expedicionária, A fantasia organizada; v2: Aventuras de um economista brasileiro, A fantasia desfeita; v3: Entre inconformismo e reformismo, Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. Sociologias**, Porto Alegre , v. 12, n. 25, p. 126-157, Dec. 2010 . Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300006#back11 > Acesso em 23 nov. 2019.